



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006709

Requerente: Vereador Gervásio Santana

Súmula: Projeto de Lei: que "Concede Isenção em inscrições em concursos públicos, no âmbito de Sapucaia do Sul, para Doadores de medula Óssea".

[SIC]

RELATÓRIO

Trata-se de proposição legislativa de autoria de vereador com assento nesta Câmara Municipal, que pede aprovação para um projeto de lei que "concede isenção em inscrições em concursos públicos, no âmbito de sapucaia do sul, para doadores de medula óssea". Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de lei em anexo.

PARECER

Em diversas oportunidades temos nos manifestado relativamente às leis de iniciativa exclusiva do prefeito, quando apenas a ele cabe o envio do projeto à Câmara. A primeira leitura das disposições da LOM atinentes a matéria parecem encaminhar o entendimento nesse sentido:

Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;

IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.

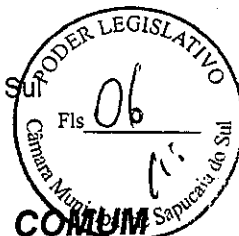
Ocorre que, em diligência de pesquisa, constatamos a existência de orientação contida em aresto jurisprudencial que citamos a seguir, que nos levou a rever nosso posicionamento anterior, nos seguintes termos:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL DE INICIATIVA DO LEGISLATIVO. ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO PARA DOADORES DE ÓRGÃOS.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA COMUM DO LEGISLATIVO E DO EXECUTIVO. INOCORRÊNCIA DE AFRONTA AO POSTULADO DA ISONOMIA. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70038943916, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vicente Barrôco de Vasconcellos, Julgado em 18/04/2011)

(TJ-RS - ADI: 70038943916 RS, Relator: Vicente Barrôco de Vasconcellos, Data de Julgamento: 18/04/2011, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/05/2011)

Do referido julgado, destacamos ainda os seguintes trechos do voto do relator:

*"no que diz respeito à alegação de vício de iniciativa, tem preponderado o entendimento de que não são apenas de iniciativa do chefe do Poder Executivo as normas que versem sobre matéria tributária, na qual se inclui a isenção de taxa ora questionada.
(...)"*

Por fim, consigno que a assertiva de que a discutida isenção teria reflexo no orçamento municipal, por si só, não torna inconstitucional a Lei.

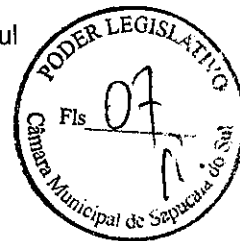
*Contudo, em respeito ao princípio da anterioridade, bem como ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, a eficácia da Lei questionada deve ser postergada para o exercício fiscal de 2011". **Grifamos.***

Logo, adotamos posicionamento em consonância com o precedente acima transcrito, não havendo falar em vício de iniciativa no artigo 1º da proposição. Em consequência disso, por outro lado, a cláusula de vigência constante do artigo 2º deve ser alterada para vigência somente a partir do exercício subsequente.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



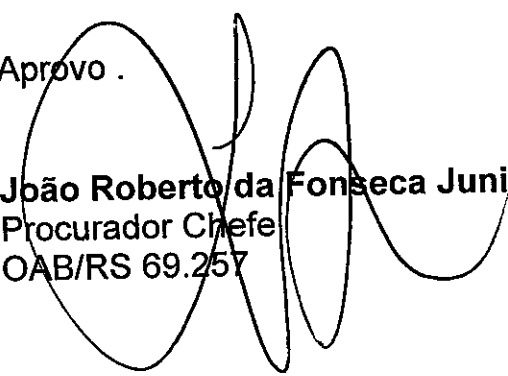
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as anotações que entendemos pertinentes, encaminhamos o expediente à sua tramitação regimental. À consideração superior, e com a aprovação, remeta-se o processo à Diretoria Legislativa, para as diligências de costume.

Sapucaia do Sul, 27 de setembro de 2017


Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo .


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257